

## A ESCRITA DO SUDOESTE: UMA VISÃO RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA

Virgílio Hipólito Correia

Uma dúzia de anos separa a realização do x<sup>o</sup> Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispânicas no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, e a publicação do *corpus* de referência da escrita do Sudoeste (*MLH*), precedido de pouco pela publicação de uma obra nacional de referência (Correia 1996a).

É por ventura útil fazer uma retrospectiva do que foi o avanço do nosso conhecimento sobre o tema desde um ponto de vista linguístico, mas também desde um ponto de vista propriamente epigráfico e arqueológico, lato sensu. E talvez não seja demasiado arriscado prever que se está num momento maduro para um avanço decisivo no nosso entendimento da escrita.

### ACHADOS

Um inventário sumário dos achados decorridos nos últimos anos identifica doze novas peças, que incluem algumas novas referências de reduzida importância, mas incluem também peças notáveis, como a grande inscrição recentemente localizada em Mesas do Castelhinho (Almodôvar). Globalmente trata-se de um incremento de cerca de 10% no volume do *corpus*, o suficiente, desde um ponto de vista teórico, para visitar alguns dos pressupostos em que a investigação tem trabalhado (fig. 1).

É importante fazer esta afirmação pois parece evidente que a investigação da escrita do Sudoeste veio a cumular, desde o s. XIX uma bagagem de erudição e de 'sabedoria adquirida', que incorpora, evidentemente, muito do genuíno aprofundar dos nossos conhecimentos sobre a escrita e a língua que lhe subjaz, mas incorpora também muita elaboração académica, não necessariamente útil ao avanço da nossa compreensão dos problemas (ou cuja utilidade não se faz sentir em primeira linha), pelo que o sumário de um conjunto significativo de novos achados é instrumental como campo de releitura, não toldada pela investigação anterior.

Faça-se aqui, de forma resumida essa revisão:

Os principais achados são, sobretudo, o das grandes estelas funerárias que continuam a ser encontradas com uma regularidade a alguns títulos

surpreendente, e que se deve certamente ao facto de a realidade arqueológica do terreno estar ainda sub-prospectada.

Entre estas grandes estelas contam-se como novidades:

- A grande inscrição de Mesas do Castelinho, encontrada (fora do seu contexto original) num lajeado do povoado escavado há vários anos sob a direcção de Amílcar Guerra e Carlos Fabião, que é publicada neste mesmo volume.

- A interessante lápide de Corte Pinheiro encontrada por Samuel Melro e Pedro Barros, no âmbito dos trabalhos do projecto ESCRITA, que pretende documentar e investigar os contextos de utilização das lápides do SW, e que se apresenta também neste volume de actas.

- Uma inscrição de Sabóia, que está em curso de publicação por Mário Varela Gomes e pelo achador, que graciosamente nos comunicaram o facto.

- Uma outra inscrição que está depositada no Museu de Silves, aguardando-se a sua publicação.

Estas estelas vêm somar-se aos achados publicados nos últimos anos, como os de Mértola (Faria 1994) e Medellín (Almagro 2004) —não recolhidos em Correia 1996a mas já em *MLH*— os de Benafim (Gomes 1997), Monte Novo do Castelinho (Guerra *et alii* 1999) e São Martinho (Guerra 2002) ou as pequenas peças realocizadas no Museu de Faro (Correia 2004c).

Mas para além das estelas, é também importante o achado de grafitos portando inscrições do Sudoeste que a arqueologia da região veio expando.

Em Garvão identificou-se um grafito (Alarcão e Santos 1996, 272 n° 32), de leitura discutida (Correia 1996a), sobre a base de um vaso do depósito votivo. Independentemente da sua leitura o seu achado é muito importante pela sua cronologia e a sua paleografia significativa pela sua proximidade à da amoeção de Alcácer do Sal (cf. Correia 2004b).

O achado de uma plaquinha de xisto epigrafada nas duas faces no povoado de Folha do Ranjão (Faria e Soares 1998), sugere, por outro lado, várias observações, que adiante serão feitas.

De forma diversa deve mencionar-se o grafito duplo de Tavira (Maia *et al.* 70 e 254 n° 69), produzido sobre uma taça, nalgum momento apresentado como grafito bilingue (do Sudoeste e fenício), mas correctamente publicado como exclusivamente fenício (Guzzo e Zamora 2008). Deve associar-se a peça de Tavira à de Abúl (Szzyrmer 2000), como extensões ocidentais da epigrafia fenícia que circulava no Círculo do Estreito, o que é de alguma forma relevante para o contexto da epigrafia do Sudoeste.

Uma última nota deve ser apontada, quanto à identificação de inscrições do Sudoeste em contextos de arte rupestre. Com efeito, é de aceitar a interpretação feita pelos achadores de parte das gravuras da rocha de Laje da Fechadura como signos do Sudoeste, identificação essa que deve também ser

contrastada com a indispensável reconsideração, como inscrição do Sudoeste, da pintura de Montfragüe (Collado e Fernandez 1998).

## INTERPRETAÇÕES

Veja-se então como podem estes achados contribuir para o nosso entendimento da escrita do Sudoeste.

Há desde já que assinalar que a primeira revisão que há a fazer das interpretações gerais da Escrita do Sudoeste é a da extensão do campo de estudo.

Em primeiro lugar, cronologicamente.

O grafito de Garvão documenta a extensão do uso da escrita do Sudoeste, mesmo já fora do seu uso mais tradicional da epigrafia funerária, até meados do séc. II a.C. (Beirão *et alii* 1985, Correia 1996b); é essa data do fecho do depósito votivo e o grafito foi feito numa das peças de tipologia mais comum nesse depósito, sendo por isso natural pensar que não era uma peça muito antiga quando foi ocultada. Esta datação permite afirmar que o grafito de Garvão é genericamente contemporâneo da legenda indígena da amoedação de Alcácer do Sal, sendo portanto necessário abandonar o mais forte argumento quanto à não pertença dessa amoedação ao signário do Sudoeste, que era precisamente a questão das datas conhecidas de utilização de um e de outro (Correia 2004c). Retirado este argumento (*contra* Faria 1991), não há razão para se não valorizarem alguns indícios paleográficos presentes numa e noutra inscrição, que abonariam a favor da pertença de ambos ao mesmo corpus epigráfico, o do Sudoeste.

Há portanto, imediatamente em segundo lugar, um importante alargamento do nosso campo de estudo na área propriamente contextual e tipológico dos suportes da escrita: não se lida apenas com um conjunto de epigrafia funerária; a utilização da epigrafia em povoados deixa de contar com a única excepção de Neves (Correia 1996a 140, nº 70), juntando-se-lhe a Folha do Ranjão; conhecemos já uma epigrafia monetária; enriquece-se muito o nosso conhecimento do uso do grafito (notavelmente com Medellín) A Laje da Fechadura e a reconsideração de Montfragüe, quer na dimensão geográfica, de demonstração do uso da epigrafia na bacia do Tejo (e algo haveria a dizer acerca de uma nova imagem que a bacia do Guadiana desempenha na difusão do uso da escrita, reforçada com os novos achados), quer nesta dimensão inusitada de um uso em inscrições rupestres, sejam pintadas ou gravadas, demonstram-nos também um alargamento do campo das utilizações sidéricas desta escrita que devem pesar na nossa consideração global da epigrafia do Sudoeste enquanto manifestação visível de uma escrita que lhe subjaz. A esta dicotomia entre escrita e epigrafia ainda voltaremos.

Um último alargamento do nosso campo de estudo, mais subjectivo mas nem por isso menos importante, deve ainda ser mencionado: o da complexidade dos contextos de utilização; tradicionalmente a escrita do Sudoeste foi interpretada como uma manifestação estritamente epigráfica de utilização

funerária de uma escrita de que, por nada se saber, frequentemente foi academicamente reconstituída como não existente. Os novos achados e a reconsideração de alguns antigos a que os novos obrigam (Alcácer, Montfraguë), modificam o cenário histórico-arqueológico das nossas reconstruções e levam inevitavelmente a algumas afirmações que, sendo de todo naturais e em certa medida simplistas, não deixam por isso de ser inovadoras no contexto que nos ocupa: I) existiu uma escrita do Sudoeste de utilização mais lata que a epigrafia funerária; II) a escrita do Sudoeste teve uma larga utilização, no tempo e no espaço, de que a epigrafia representa um testemunho apenas parcial e, sobretudo, não homogêneo de todos os contextos funcionais e cronológicos da escrita no seu todo; *ergo* III) é dedução lógica das premissas anteriores a afirmação de que a variabilidade inerente ao produto epigráfico de um uso da escrita que, por definição, perdemos e à própria variabilidade epigráfica de um fenómeno largamente difundido no tempo e no espaço, produz inevitavelmente um conjunto de fenómenos de largo espectro (paleográficos, morfosintácticos, propriamente linguísticos, etc.) que não são redutíveis a um qualquer 'normativo' da escrita do Sudoeste, estritamente considerado.

Medellin e Mértola, que com a Folha do Ranjão documentam a importância do Guadiana no espaço de utilização da escrita, são pontos importantes pois demonstram um facto que os achados anteriores não demonstravam cabalmente: a utilização da escrita do Sudoeste em povoados fortemente orientalizados noutros domínios (como o ritual funerário, por exemplo). O grafito de Tavira e o de Abúl, demonstram, como se disse, uma extensão para Ocidente do uso da escrita fenícia em uso no círculo do Estreito e, demonstrada também a utilização da epigrafia do Sudoeste em povoados fortemente orientalizados, deve levar a reconstruir de forma diversa o processo de evolução da escrita local, não já de forma isolada, mas em ambientes informados por mais de uma fonte de conhecimento do uso da escrita e da produção epigráfica. Isto concorre manifestamente com a multiplicação dos contextos de uso na necessidade de olhar esse processo de evolução como algo de mais complexo do que até aqui tem sido proposto e aceite.

## O PROBLEMA DO SIGNÁRIO

A compreensão do processo de evolução da escrita do Sudoeste em todas as suas facetas é indispensável a uma tarefa que apesar de básica a investigação não pode ainda dar satisfatoriamente terminada: a delimitação e identificação do valor fonético do signário. Tal não se fará sem algum avanço teórico que permita, mais do que esperar o acumular de coincidências fonéticas que venham a colmatar as lacunas (na espera de um dia um achado vir a resolver todos os nossos problemas, como M. Pallotino 1979 bem descreveu e que o presente autor já comparou ao suplício de Tântalo, Correia 2004a), colocar numa perspectiva adequada o muito que já se sabe e delimitar exactamente o núcleo de problemas que permanecem em aberto.

Esse avanço teórico pode ser a proposta recente de Javier de Hoz 2005 de definir a característica epigráfica do Sudoeste da redundância vocálica após os signos silábicos, não como um carácter intrínseco da escrita mas como “...um uso redundante de grafemas silábicos originado como prática peculiar de uma tradição de escribas a partir das condições de aprendizagem da escrita ... uma moda ortográfica que constituía uma realização possível de um sistema cuja realização não marcada não era redundante...” (Hoz 2005, 369 e 370 n. 16).

Não quer tal dizer que se deva descartar a redundância na análise da escrita; a moda ortográfica peculiar não deixará certamente de respeitar os valores vocálicos dos signos silábicos. Mas será imperioso fazer uma análise prévia da existência, ou não, de efectiva redundância numa estela (se sim, ou não, todos os signos vocálicos que sucedem a signos silábicos respeitam a regra da redundância) antes de usar essa redundância como argumento de atribuição quer do valor vocálico ao signo silábico precedente, quer do valor fonético ao signo seguinte, no caso de alógrafos.

Um exemplo. Pela razão indicada não é aceitável a leitura que José António Correa 1996a e 2002 faz do grafito de Garvão. O signo repetido três vezes na base do vaso é desconhecido noutras inscrições (recolhido em Hoz 2005, 368 fig. 5 como S93); a sua identificação como **i** deve-se ao facto de uma das suas posições no grafito ocorrer após o signo para **ti** (G16, *id.*); mas é notório que, graficamente, carece de qualquer plausibilidade que S93 seja um alógrafo de **i** (G3) que é um dos signos de grafia mais estável em toda a epigrafia do sudoeste. Sem o argumento da redundância deverá pois valer o argumento grafemático.

A delimitação do signário deve partir de uma análise gráfica das inscrições e do seu modelo, o signário da Espanca. A redundância vocálica, nas inscrições onde se verifica ter existido, indica o valor vocálico dos signos silábicos, mas nos casos em que a verificação dessa redundância não é rigorosa, a sequência vocálica distinta não autoriza a distinguir como signos silábicos distintos o que não passam de alógrafos ou de variações de *ductus*. Para este caso é um óptimo exemplo a inscrição de Mesas do Castelinho, que não é redundante e que mostra como os lapicidas trataram sucessivas variantes do signo para **te** (G20).

## **A EVOLUÇÃO DA ESCRITA**

O signário da Espanca tem sido profundamente estudado enquanto modelo da escrita “tartéssica” e as suas relações com as escritas orientais, o processo mesmo da sua criação a partir de modelos forâneos e a mecânica que presidiu à sua organização são actualmente bem conhecidas. Todavia, esse mesmo signário foi menos abordado como modelo, nem sempre exactamente seguido, da escrita do Sudoeste; é nessa falta de exactidão, que reside o maior interesse, pois é por aí que se pode entender a escrita do Sudoeste enquanto fenómeno vivo, sujeito às inevitáveis modificações e

evoluções que um uso dilatado no tempo e diversificado nos seus contextos (dois conceitos que raramente se vêm presentes nas análises feitas), não podiam deixar de introduzir.

Podem ser indicados alguns princípios metodológicos para esta análise. Assim:

- Existem 27 signos na escrita do Sudoeste, cuja identidade gráfica corresponde ao modelo do signário da Espanca (fig. 2).

- A moda ortográfica da redundância, utilizada na epigrafia, não era obrigatória, pelo que não dá indicação segura do valor vocálico dos signos silábicos senão naquelas inscrições onde o uso do maneirismo se encontra em todos os signos silábicos.

- O pressuposto subsidiário é que carece de explicação suplementar a criação *ex nihilo*, discricionária, de signos não previstos em Espanca para fonemas necessários para além do “inventário” original totalizando 27.

Ora sabemos que só dois dos signos da Espanca não são utilizados na epigrafia do Sudoeste: o 11º e o 26º. O autor do presente texto já teve ocasião para propor uma explicação para esse facto: o 11º signo foi substituído discricionariamente por S56, pois a sucessão tão recorrente na fórmula final usual das inscrições desse signo a G15 (6º signo de Espanca) não deixaria de causar hesitações de leitura; o 26º signo foi simplificado pela remoção dos pequenos apêndices, tornando-se no que se denota como S81 (Correia 1996a, 47).

Quanto à posterior evolução dos signos, ocorrida numa pluralidade de situações diversas ditadas pela cronologia e pela geografia, propôs-se também que elas podem ser entendidas mediante a aplicação de algumas regras grafemáticas que é possível reconstituir com plausibilidade como tendo estado presentes no espírito dos escribas e lapicidas. São estes princípios três, e um fenómeno acessório, que não se pode entender como regra, mas que se verifica ter ocorrido com grande regularidade.

Os princípios são os da identidade, da unicidade e da variação correlativa. O fenómeno que se verifica é o da idiosincrasia.

O princípio da identidade determina que um signo é um composto geométrico de expressão gráfica distinto de todos os outros no mesmo sistema de escrita. O princípio da unicidade é o de que um signo representa um e só um som. O princípio da variação correlativa obriga a que, quando um signo sofre uma alteração da sua expressão gráfica que o torna idêntico a um segundo, este segundo sofre necessariamente uma alteração suplementar para que se respeite o princípio da identidade. O fenómeno da idiosincrasia reflecte-se no facto de estas alterações serem frequentemente feitas todas no mesmo sentido.

A expressão prática destes princípios pode ser acompanhada nas variantes de G14 (**ka**) e G23 (**tu**), devido à alteração da expressão gráfica provocada pela inscrição dos signos entre cartelas, ou nas variantes de G19

(**ta**) e G27 (**bo**) devido á alteração da expressão gráfica provocada pela compactação dos signos em inscrições muito densas.

Mas sobretudo, estes princípios permitem retirar do inventário dos signos do sudoeste as múltiplas variantes de G20 (**te**) que não passam de alógrafos (S47c-j e S86) e que correspondem todos ao 18º signo da Espanca. Já os signos S47a e S47b são um outro signo, o 19º de Espanca, de que o segundo é uma modificação idiosincrática, a adição de um traço suplementar no interior do signo, como forma de obviar à perda de expressão plástica do signo em inscrições densas e entre cartelas, onde se corria o risco de poder ser interpretado apenas como um espaço.

Vista desta forma a evolução da escrita do Sudoeste surge de uma forma simultaneamente mais rica e muito menos flexível: menos flexível pois, desde um momento ‘creacional’ se manteve muito ligada a um modelo estrito; mais rica pois é demonstrável a existência de uma pluralidade de tradições de época e localização diversa, que conhecem esse modelo e o dominam, sem que deixem de lhe introduzir traços da sua personalidade. Ora, as implicações, propriamente civilizacionais, que esta afirmação traz —que não poderão ser aqui analisadas em pormenor— são de uma magnitude assinalável para todo o estudo da arqueologia sidérica do Sudoeste.

## CONCLUSÃO

Não é possível, nesta presente ocasião, proceder a uma análise rigorosa da delimitação do signário, com a moda ortográfica da redundância reduzida às suas justas proporções de acordo com a proposta de J. de Hoz 2005. Mas é possível delimitar alguns problemas.

Em 1996 (Correia 1996a), o autor do presente texto propôs, numa base analítica exclusivamente grafemática, a redução de todo o signário do Sudoeste a vinte e sete signos estritamente dependentes do signário da Espanca, com as adaptações mencionadas no undécimo e vigésimo sexto signos. Deles, vinte e dois encontravam uma atribuição ‘segura’ (no sentido de ‘consensual’ entre todos os investigadores) sendo já, portanto, muito residual a margem de incerteza na delimitação do signário. Todavia, o 11º signo da Espanca contava-se entre estes, o que confere à margem de incerteza uma dimensão estatisticamente muito superior e, no que diz respeito à interpretação de um dos elementos da fórmula, exponencial.

No entanto, a análise do signário da Espanca tem sido feita sem que a sua posição dentro do sistema de escrita seja o elemento prioritário, ou seja, a existência do inventário de vinte e sete signos que o signário demonstra tem sido feito coincidir com parte do sistema de escrita tal como ele foi reconstituído (Correa 1993) e não como motivo de uma necessária, e mais, indispensável, revisão dos nossos conhecimentos, que partiram de pressupostos diversos daqueles que um inventário preciso dos signos existentes leva (ou deveria levar) a adoptar desde o momento desse achado feliz.

Em 1997, J. Untermann, na parte introdutória do *corpus* de referência, identificava 27 signos (*Systembedingt*) —vocálicos, consonânticos e silábicos— e outros dezassete de atribuição imprecisa ou indeterminada (ou indeterminável). Nesta proposta o autor do presente texto encontra alguns alógrafos distribuídos por todas as classes, mas regista que vinte e dois dos signos redutíveis aos signos da Espanca, encontram uma leitura consensual entre todos os investigadores (*MLH*, 153) que se debruçaram sobre o tema depois da divulgação do catálogo das estelas publicado por Caetano de Mello Beirão, ou seja, depois da moderna duplicação do volume do *corpus*.

Portanto, ainda que sem a aplicação rigorosa da metodologia acima proposta, a extensão dos nossos problemas está delimitada: é necessário propor uma solução para as séries vocálicas em **-o** e em **-u** e atribuir valores fonéticos aos 11º, 16º, 22º, 25º e 26º signos do signário da Espanca (há também uma miríade de interpretações de variantes paleográficas a resolver, mas são questões de pormenor). A presença estatística dos signos envolvidos deve levar-nos a uma primeira conclusão optimista: os problemas são menores, residuais.

Para o problema das séries vocálicas em **-o** e **-u** é de crer que a única solução lógica possível é a de dizer que não havia distinção entre elas. Toda a duplicação **o/u** nas séries vocálicas utilizadas em *MLH*, implica a utilização de alógrafos estranhos ao signário da Espanca segundo qualquer modelo evolutivo seguindo os princípios que enunciámos (variante de **bo** alógrafo de **ku**; **ko** variante de **ta**; **to** e **tu** alógrafos do mesmo 4º signo da Espanca) como os depurados quadros de Rodríguez Ramos (2000) ilustram eloquentemente (fig. 3).

J. de Hoz 2005 demonstra *ex silentio* a verdadeira natureza do problema: se o inventário dos signos do Sudoeste conta vinte e sete signos e é necessário incluir nestes cinco vogais (G1-5) e sete consoantes (**l**, **r**, **r** vibrante, **n**, **m**, **s**, **S**; G6-10 12-13) e se os 15 signos restantes no inventário tiverem de responder às necessidades de expressão de três séries silábicas com cinco valores vocálicos cada, não restarão signos disponíveis para os fonemas que são necessários à expressão completa da língua do Sudoeste tal como a podemos entender e como J.A.Correa muito bem expôs no mesmo Colóquio em que esta comunicação foi apresentada, faltam-nos os signos para a aspirada **h** e para **w** e **y**. Mas a coincidência entre o número de signos em falta e o número de signos disponíveis (se adoptarmos a solução de que as séries vocálica em **-o** e em **-u** não eram distinguidas pelo seu signo vocálico nos casos em que se aplicava a moda ortográfica da redundância) contribui para a consistência do sistema tal como pode ser, desta forma, reconstituído (fig. 4). A nossa proposta é, portanto, a da economia do sistema (e da sua reconstrução).

Mas, revisitando os signos de atribuição incerta, duvidosa ou não consensual; para o 11º signo já J. A Correa propôs a identificação como **r** vibrante; o 22º signo, por empatia com a epigrafia meridional, é plausivelmente o signo para **m**. Os 16º, 25º e 26º signos da Espanca devem, portanto

corresponder, como propõe J. A. Correa aos fonemas **h**, **w** e **y**, sendo de atribuir o seu comportamento diferencial, no que ao signo vocálico diz respeito a traços específicos da língua em uso à data da produção das epígrafes (16º signo da Espanca normalmente seguido de **a**, 26º signo seguido de **i** [segundo Correia 1996a], 25º signo seguido de **i** [segundo *MLH*] ou de **a** [segundo Correia 1996a]).

A investigação da escrita do Sudoeste chegou, porventura, a um ponto crucial do seu desenvolvimento, onde é necessário reunir um consenso metodológico e interpretativo que possa ser adoptado genericamente como um modelo standard de leitura, aceite por todos ainda que conscientes das suas limitações. Tal facto é sobretudo importante porque o inevitável avanço da investigação, a níveis mais desenvolvidos da linguística histórica, usa necessariamente modelos, porventura carentes de alguma revisão, sem que o impacto dessas eventuais futuras revisões na própria consistência das hipóteses possa ser adequadamente estimado.

Por outro lado, a arqueologia sidérica do Sudoeste, que beneficiará incomensuravelmente de um conhecimento melhor do teor das inscrições funerárias, não está imóvel, pendente desses avanços. É aí, no avanço do nosso conhecimento e no crescimento do *corpus*, na esteira de Caetano de Mello Beirão, que reside o futuro.

## BIBLIOGRAFIA

- Alarcão e Santos 1996: J. Alarcão e A. I. P. Santos (eds.), *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Lisboa 1996.
- Almagro 2004: M. Almagro Gorbea, “Inscripciones y grafitos tartésicos de la necrópolis orientalizante de Medellín”, *PalHisp* 4, 2004, 13-44.
- Batata et al. 2004: C. Batata, F. Coimbra e F. Gaspar, “As gravuras rupestres da Laje da Fechadura (Concelho da Sertã)”, *Revista de Portugal* n.s. 1, 2004, 25-30.
- Beirão *et alii* 1985: C. M. Beirão, C. T. Silva, J. Soares, M. V. Gomes e R. V. Gomes, “Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações”, *O Arqueólogo Português* IV-3, 1985, 45-135.
- Collado e Fernández 1998: H. Collado Giraldo e M. Fernández Algaba, “Arte rupestre en Extremadura: últimas investigaciones”, in: *Actas do Colóquio: A Pré-história na Beira Interior (= Estudos Pré-históricos* 6), Tondela 1998, 207-230.
- Correa 1993: J. A. Correa, “El signario de Espanca (Castro Verde) y la escritura tartésica”, in: J. Untermann y F. Villar (eds.), *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. V CLCP*, Salamanca 1993, 521-562.
- Correa 1996a: J. A. Correa, “Grafito paleohispánico hallado en el depósito de Garvão (Ourique, Beja)”, *Spal* 5, 1996, 167-170.

- Correa 1996b: J. A. Correa, “La epigrafía del Sudoeste: estado de la cuestión”, in: F. Villar y J. D’Encarnação (eds.), *La Hispania prerromana. VI CLCP*, Salamanca 1996, 65-76.
- Correa 2002: J. A. Correa, “Crónica epigráfica del sudoeste”, *PalHisp* 2, 2002, 407-409.
- Correa 2004: J. A. Correa, “Crónica epigráfica del sudoeste”, *PalHisp* 4, 2004, 283-284.
- Correa 2005: J. A. Correa, “Del alfabeto fenicio al semisilabario paleohispánico”, *PalHisp* 5, 2005, 137-154.
- Correia 1996a: V. H. Correia, *A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica*, Porto 1996.
- Correia 1996b: V.H. Correia, “O sítio arqueológico de Garvão e o seu depósito ritual”, in: J. Alarcão e A.I.P. Santos (eds.) *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Lisboa 1996, 101-106
- Correia 2004a: V. H. Correia, “A colecção de escrita pré-latina no Museu de Faro”, in: *Caminhos do Algarve Romano*, Faro, 2004, 14-20.
- Correia 2004b: V. H. Correia, “Moeda, epigrafia e identidade cultural no ocidente peninsular pré-romano”, in: F. Chaves Tristan e F.J. García Fernández (eds.): *Moneta Qua Scripta. La moneda como soporte de escritura. Actas del iii Encuentro Peninsular de Numismática Antigua, Anejos de AEspA* 33, Madrid 2004, 267-290.
- Correia 2004c: V. H. Correia, “Duas epígrafes do Sudoeste do Museu Arqueológico e Lapidar do Infante D. Henrique (Faro, Portugal)”, *PalHisp* 4, 2004, 245-249.
- Faria 1991: A. M. Faria, “Epigrafia monetária meridional”, *Conimbriga* 30, 1991, 13-21.
- Faria 1994: A.M. Faria, “Uma inscrição em caracteres do Sudoeste achada em Mértola”, *Vipasca* 3, 1994, 61-63.
- Faria e Soares 1998: A. M. Faria, e A. M. M. Soares, “Uma inscrição em caracteres do Sudoeste proveniente da Folha do Ranjão (Baleizão, Beja)”, *RPA* 1.1, 1998, 153-160.
- Gomes 1997: M. V. Gomes, *Estela epigrafada e necrópole de Barradas, Benafim, Loulé* (separata de *Al-ulya*), Loulé 1997.
- Guerra 2002: A. Guerra, “Novos monumentos epigrafados com escrita do Sudoeste da vertente setentrional da Serra do Caldeirão”, *RPA* 5.2, 2002, 219-231.
- Guerra et al. 1999: A. Guerra, A. C. Ramos, S. Melro e I. A. Pires, “Uma estela epigrafada da Idade do Ferro, proveniente do Monte Novo do Castelhinho (Almodôvar)”, *RPA* 2.1, 1999, 143-152.
- Guzzo e Zamora 2008: M. G. A. Guzzo e J.A. Zamora Lopez, “Un ostrakon phénicien de Tavira (Portugal)”, *Vicino Oriente* 14, 2008, 231-240.
- Hoz 1996: J. de Hoz Bravo, “El origen de las escrituras paleohispánicas quince años después”, in: F. Villar y J. D’Encarnação (eds.), *La Hispania prerromana. VI CLCP*, Salamanca 1996, 171-206.

- Hoz 2005: J. de Hoz Bravo, “La recepción de la escritura en Hispania como fenómeno orientalizante”, in: Celestino Pérez, S. e Jiménez Ávila, J. (eds.) *El Periodo orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental, Anejos de AEspA 35*, vol. 1, Madrid 2005, 363-381.
- Maia et al. 2003: M. Maia, C. Fernandes, M. Lopes e S. Cavaco (eds.), *Tavira. Território e poder*, Lisboa 2003.
- MLH: J. Untermann, *Monumenta Linguarum Hispanicarum IV Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden 1997.
- Pallotino 1979: M. Pallotino, “Le iscrizioni etrusche”, in: *Le iscrizioni prelatine in Italia*, Roma 1979, 39-44.
- Rodríguez 2000: J. Rodríguez Ramos, “La lectura de las inscripciones sudlusitano-tartésias”, *Faventia* 22.1, 2000, 21-48.
- Szzynger 2000: M. Szzynger, “Les graffites phéniciens sur céramiques”, in: F. Mayet e C. T. Silva (eds.), *L'établissement phénicien d'Abúl, Portugal*, Paris 2000, 261-264.

*Virgílio Hipólito Correia*  
*Museo Monográfico de Conimbriga*  
*e-mail: vhcorreia@conimbriga.pt*



Fig. 1, crescimento do *corpus* das inscrições do Sudoeste.

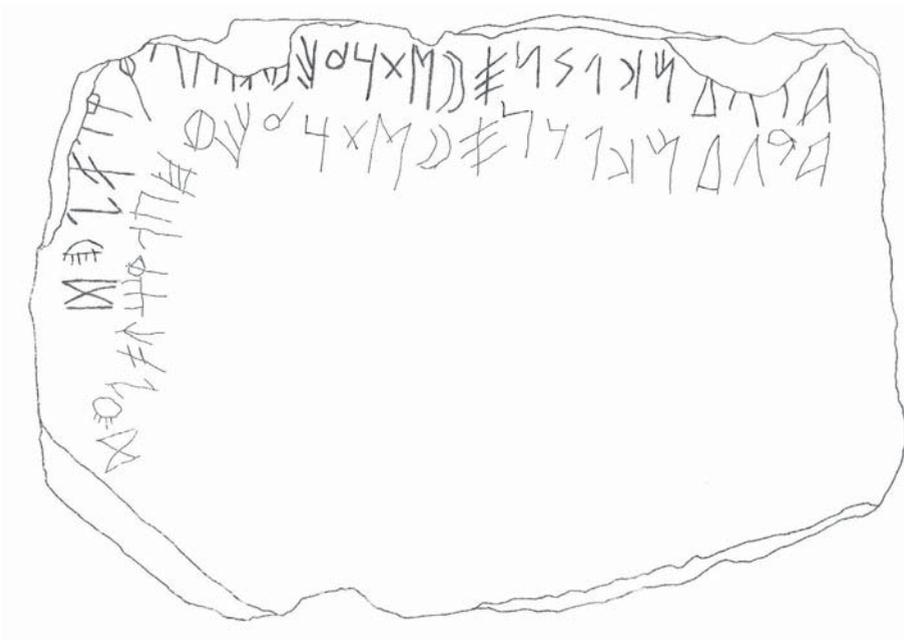


Fig. 2, o signário da Espanca (Correia 1996a, 22. I. Beirão /  
V. H. Correia del.)

*A escrita do Sudoeste: uma visão retrospectiva e prospectiva*

	vocal simple	B	T	K
A	A	Ʒ	X 𐌆	Λ
E	o	e	𐌆	ɣ
I	ʏ	↑	⊖	φ
O	ɤ	□	△ ∇	⊗ ⊘
U	ʉ	𐌆	△	⊗

Fig. 3, estrutura corrente de atribuição dos valores vocálicos aos signos silábicos da escrita do Sudoeste (Rodríguez 2000, 45 fig. 1a).

	B	T	K
a	Ʒ	X	Λ
e	ɣ	𐌆	ɣ
i	↑	⊖	φ
o/u	𐌆	△	⊗

Fig. 4, estrutura de atribuição dos valores vocálicos aos signos silábicos da escrita do Sudoeste, sem alógrafos e com quatro séries vocálicas apenas (cf. Correia 1996a 33-44, 50 e 155).